

PREGÃO ELETRÔNICO
LEI 14.133/2021 - 90008/2024

Ordem de Serviços
Nº 12/2024

Processo:	262.00002704/2024-30
Fornecedor:	BARUC UNIFORMES E CONFECCOES LTDA ME
CNPJ:	22.053.648/0001-69
Endereço:	AV MANOEL SILVA MOTTA 395. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ES. CEP: 29309-380
Contato:	uniformesbaruc@outlook.com
Telefone:	28 3518 9094
Prazo de Entrega:	15 (quinze) dias - APÓS O RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO E DA ORDEM DE SERVIÇOS
Condições de pagamento	30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável
Banco:	001 - BANCO DO BRASIL
Agência:	83
Conta Corrente:	947393
Local da Entrega:	Rodovia Deputado Antônio Abid Chammas, SP 122 (Km 500+700 m) - Bairro: Paranapiacaba. Santo André SP. CEP: 09.150-155. Responsável: Sra. Marisa Goulart (marisag@fflorestal.sp.gov.br). Telefone: 11 4439 4231. Horário de recebimento das 8:00 as 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.
End. p/ faturamento:	Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - prédio 12 - 1º andar - Alto de Pinheiros - São Paulo/SP CEP:05459-010

Item	Siafísico	Descrição	Unidade	Qtde.	Unitário	Total
1	12238	Servico de Confeccao Em Corte e Costura - Camiseta. Comemoração do aniversário de 115 anos da Reserva Biológica Alto da Serra de Paranapiacaba. Tamanho P – 30 unidades; Tamanho M – 75 unidades; Tamanho G – 55 unidades; Tamanho GG – 30 unidades; e Tamanho EXG – 10 unidades. Conforme Termo de Referência e Anexo I	unidade	200	R\$ 18,50	R\$ 3.700,00
					Total	R\$ 3.700,00

São Paulo, data da assinatura digital

Elisabeth Sutter
Setor de Licitações e Compras

1. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

1.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

1.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

1.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

1.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

1.1.6. celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

1.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

1.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

1.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

1.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

1.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

1.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência pela falta do subitem 1.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- Multa de% (..... por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 1.1.1 a 1.1.12; Nota(s) explicativa(s):

- Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 1.1.2 a 1.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 1.1.8 a 1.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

1.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

1.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

1.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

1.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia restada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança

judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

1.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

1.11. as peculiaridades do caso concreto;

1.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

1.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

1.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

1.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

1.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.19. As sanções por atos praticados no decorrer da

contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

MARCA 115 ANOS DA RBASP



RESERVA BIOLÓGICA
ALTO DA SERRA
DE PARANAPIACABA

115 anos